

OS MODELOS PEDAGÓGICOS NOS IMPRESSOS ADOTADOS NA ESCOLA PÚBLICA CATARINENSE DO SÉCULO XIX¹

Fábيا Liliã Luciano²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto foi preparado para ser apresentado na Comunicação Coordenada, tendo como eixo temático – **Arquivos, Centros de Documentação e Museus Escolares**, reunindo participantes de diferentes Instituições de Ensino Superior, porém com áreas comuns no campo do conhecimento.

Esta produção é, portanto, resultado da investigação que privilegiou os livros didáticos adotados na Escola Pública em Santa Catarina, no século XIX, contando com o financiamento do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Para tanto, se fez necessário apresentar de forma descritiva e analítica, os modelos pedagógicos manifestados nos impressos adotados no ensino, sobretudo de primeiras letras, que se constituíram fonte e objeto desta pesquisa, considerando que, o livro se caracterizou como instrumento tanto na tarefa de ensinar quanto no ato de aprender.

Entretanto, apontar os títulos dos livros, bem como, descrever e analisá-los como recursos metodológicos, utilizados naquelas escolas entre os anos de 1836-1889, foram propósitos deste estudo.

A periodização adotada se justifica pela aprovação da primeira legislação da instrução em nossa Província, datada de 1836, enquanto o ano de 1889 indicava o fim do período imperial.

Cabe salientar que, o livro como recurso se inscreve no campo da História da Educação Brasileira, onde a sua gênese se reporta à legislação datada de 15 de outubro de

¹ Texto produzido para apresentado sob a forma de Comunicação Coordenada, com o seguinte título: A História da Educação nos Impressos do Brasil Colonial, Imperial e Republicano, no Eixo 7 – Arquivos, Centros de Documentação e Museus Escolares, no **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Este, portanto, se caracteriza como síntese da pesquisa que foi realizada no ano de 2005, acerca dos Livros Didáticos adotados na Escola Pública Catarinense – Século XIX. Esta contou com financiamento específico do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PROSTRICTO) da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

² Doutora em Filosofia e História da Educação. Professora de História da Educação e Metodologia da Pesquisa, nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), na linha de **Educação, Linguagem e Memória**. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Acervos Educacionais (GEPHAE), este credenciado no CNPq. E-mail: [fabiã@unesc.net](mailto:fabia@unesc.net). Fone (48) 34312584 ou (48) 99884911.

1827. Foi da sua aprovação que surgiu então, a escola, a docência e o *utensílio* ou material escolar, incluindo o livro, que recebeu as mais diferentes denominações: silabários, abecedários, cartilhas, enciclopédias, compêndios, manuais, livro-referência e atualmente é conhecido como, livro texto ou didático.

Para realizar esta pesquisa foi imprescindível recorrer ao Arquivo Público do Estado (APESC) e ao setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do nosso Estado (BPESC), cujos dados coletados foram transcritos para posterior tratamento à luz de um conjunto de literaturas específicas, organizado por autores e títulos que discutem essa questão, tanto no contexto nacional quanto no regional e local.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O emprego do livro didático está circunscrito em um tempo histórico, cuja gênese remonta a sua utilização na prática pedagógica do mundo ocidental, por volta da Antigüidade. Entretanto, para compreender as suas implicações no contexto nacional, regional e local é necessário nos reportar a história do seu surgimento no país.

Os primórdios da Educação Brasileira foram assinalados com a chegada dos padres da Companhia de Jesus em nossas terras, no século XVI e com o passar dos tempos, suas atividades pedagógicas foram se intensificando e adentrando aos séculos seguintes, podendo-se encontrar sinais da sua Pedagogia até os nossos dias.

Foi com a oficialização da instrução pública, no século XIX, que o elemento aluno, professor, material didático e um ambiente adequado para fins de garantir que o ensino se efetivasse.

Neste sentido, no que se refere à categoria material didático, podemos destacar o livro, objeto central deste estudo, buscando assim, estabelecer uma análise dos recursos pedagógicos, esses aplicados à instrução do período imperial, cujas escolas de primeiras letras se pautavam no ensino da leitura, escrita, noções das quatro operações (incluindo números inteiros e fracionais) e da doutrina cristã.

A historiografia da educação aponta que, a primeira obra didática a ser empregada no Brasil foi **Tesouro dos Meninos**, essa utilizada de 1808 a 1821. Segundo Zilbermman (1996, p. 16), ofertas como essas *não bastavam, ainda que, por essa época e mesmo depois da independência, a escolarização das crianças não fosse obrigatória, nem o ensino disseminado entre a população.*

Após a Independência, no ano de 1822, a escola pública assumiu declaradamente, o papel de instruir para civilizar, esse inspirado no princípio de que, somente pela via da instrução, a população chegaria à civilização, *porta* que conduziria a nação ao progresso.

Com base nos estudos da autora acima mencionada (1996) embora não esteja explícito, podemos inferir que, de 1822 até 1870, o livro adotado para o ensino primário foi substituído pela **Leitura dos Meninos**, no ano de 1871, com distribuição franca para as escolas, em detrimento da Reforma da Instrução Pública.

Um dos mais conhecidos escritores de obras didáticas, apontado pelos historiadores da educação foi Abílio César Borges, nascido em 1824. Cabe salientar que, o referido cidadão trocou a carreira médica pela atividade de educador ao fundar, no ano de 1858, o Ginásio Baiano, em Salvador (sua cidade natal), sendo responsável pela formação de personalidades como Castro Alves e Rui Barbosa.

Em 1871 Borges transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde instalou o Colégio Abílio, retratado pelo escritor Raul Pompéia em **O Ateneu**. Com atuação de destaque no ensino do século XIX, aboliu o castigo corporal na sua escola, tornando-a *modelo* para instituições semelhantes no Império.

Precursor do livro didático, esse cidadão brasileiro, cujas contribuições na área educacional foram reconhecidas lhe renderam o título de Barão de Macaúbas, no ano de 1881. Abílio César Borges recebeu esse título das mãos do próprio D. Pedro II, que de acordo com Teixeira (1952, p.155) o descreveu como:

[...] padrão do nosso orgulho, inspirando-nos a certeza e a segurança de podermos ter, como têm os países civilizados, escolas primárias que sejam escolas primárias, ginásios que sejam ginásios, escolas superiores que sejam escolas superiores e universidades que sejam universidades para todos os brasileiros, do mesmo modo por que esse grande educador do Império pôde fazê-los para os poucos selecionados daqueles remotos tempos.

Após se fazer menção a um dos nomes que entrou para a História da Educação Brasileira, se faz conveniente ressaltar que, os poucos recursos do orçamento destinado à instrução, nas diferentes províncias promoveram a produção de materiais que pudessem ser utilizados no ensino, tanto elementar quanto secundário, podendo-se citar: os compêndios e os silabários. Os compêndios do século XIX correspondem ao que hoje, conhecemos como enciclopédias ou um conjunto de volumes que faziam menção a uma determinada obra, enquanto os silabários se comparam às cartilhas de alfabetização.

Convém destacar que, essas obras contavam geralmente, com a participação de advogados, juristas, médicos, padres e intelectuais que se destacavam na sociedade, bem como jornalistas e representantes do governo.

Desde a organização até a impressão, os seus custos corriam por conta dos próprios autores, assim como era franca a sua distribuição, como aconteceu no ano de 1874, com o recebimento de quatro mil exemplares do **Livro de Leitura**, escrito pelo Barão de Macaúbas.

LIVROS E OS MODELOS PEDAGÓGICOS NA ESCOLA DO SÉCULO XIX

O contato com as fontes demandou identificar, reconhecer e catalogar os impressos e os modelos pedagógicos adotados na instrução. Logo, o **livro** que se caracterizou no século XIX, como **utensílio escolar** auxiliava tanto os alunos quanto os professores catarinenses.

Com vistas à garantia da reconstituição da memória educacional, recorremos ao acervo, localizado na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC), onde encontramos silabários e catecismos.

Os *sillabarios* se comparam às cartilhas de alfabetização e se destinavam ao ensino da escrita e da leitura enquanto os *catecismos* atendiam a prática religiosa cristã em Escolas daquele período. Esses integravam o conjunto de material, incluindo não somente os livros, mas papel, penas e tintas, esses utilizados por estudantes. Quanto à distribuição dos livros, a mesma era feita sem prévia seleção e análise dos seus conteúdos, portanto, de forma gratuita pelo governo provincial, embora muitas vezes fosse insuficiente para o auxílio do magistério.

Dos títulos que circularam no ensino das primeiras letras, localizamos um (1) exemplar da *Leitura para o uso das Escolas Brasileiras*, escrito por Abílio César Borges, obra datada de 1872, mas que sobreviveu às adversidades e o tempo de sua existência. Dos quatro volumes adotados por mais de três décadas nas Escolas da Província, apenas localizamos o quarto livro, no entanto, com base nos *Relatórios da Diretoria da Instrução Pública de Santa Catharina (1860-1889)* obtivemos a informação de que esse estava organizado em quatro partes, a ser abaixo descrita:

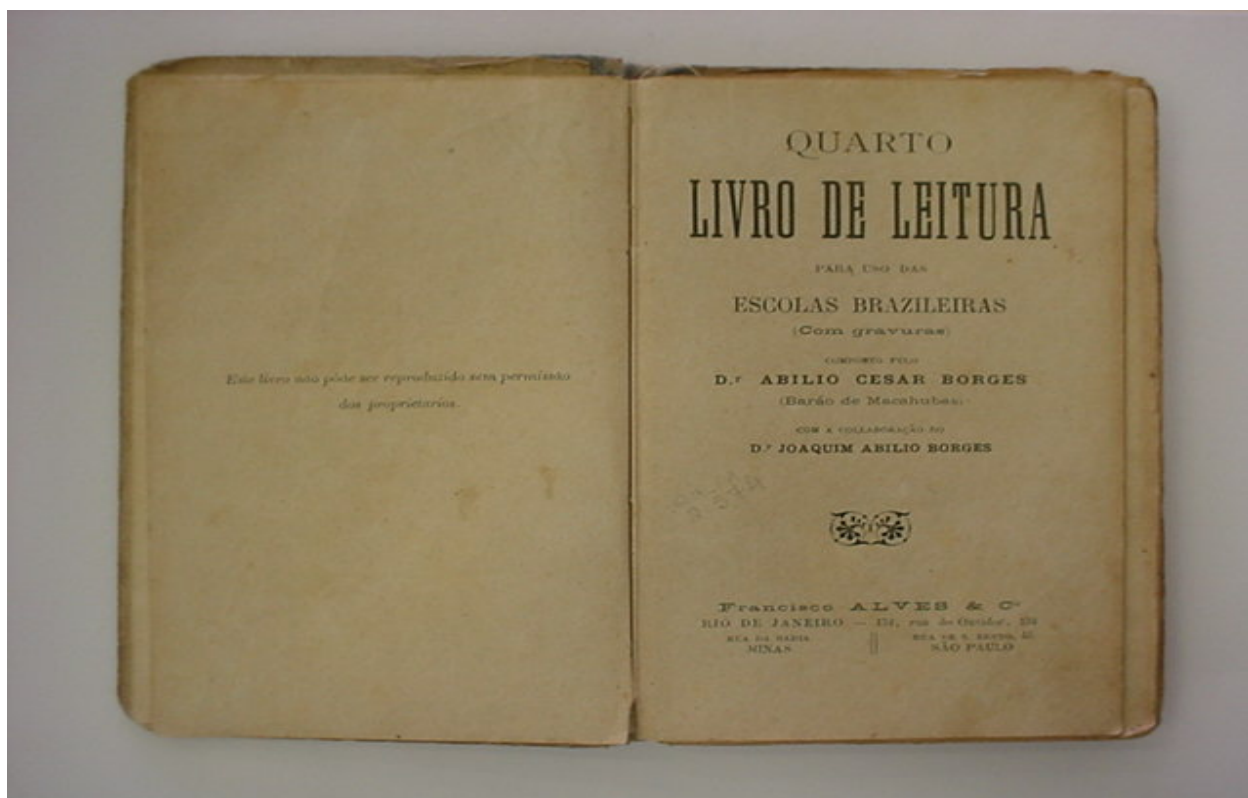
A primeira parte estava voltada para o ensino das primeiras letras, incluindo o alfabeto e as vogais, acompanhado de um conjunto de sílabas, cuja intenção era a formação de palavras, frases, sentenças e breves textos.

O **Livro Dois** era destinado ao ensino do corpo humano, da geografia e da história nacional e local, cânticos, poesias e a vida e obra de personalidades da nação.

No terceiro volume, a exigência dos discentes em relação aos conteúdos apresentados nos textos era maior se comparado aos livros anteriores, nos permitindo inferir, portanto que havia a necessidade de mais preparo e domínio dos professores.

O **Quarto Livro de Leitura** abordava desde anatomia do corpo humano, geografia, história geral, regional, física, química, biografias de ilustres personalidades brasileiras e universais até poesias nacionais e regionais, diferenciando as eruditas das populares (Fig.1).

Figura 1 – Quarto Volume do Livro de Leitura



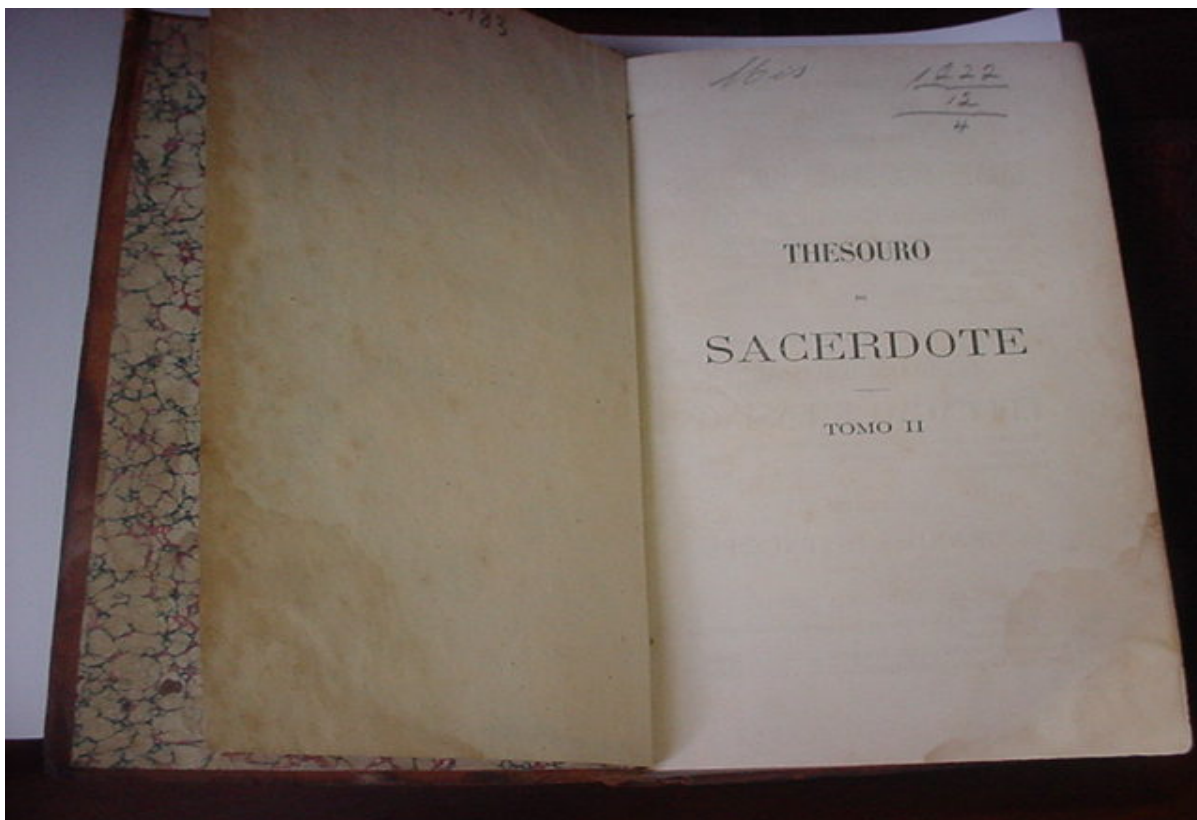
Fonte: Setor de Obras Raras – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC).

Esse último volume se encontrava na 9ª edição da sua reprodução, tendo a colaboração de Joaquim César Borges. A editoração era de Francisco Alves & Cia, essa localizada na Província do Rio e Janeiro, também responsável pela distribuição para Minas Gerais e São Paulo, até o ano de 1889. Com duzentos e setenta e três (273) páginas, esse se comparado aos demais volumes pode ser considerado o livro mais extenso e mais rigoroso

adotado no ensino elementar e a para garantir o seu valor pedagógico, ao termino de cada ano letivo, naquele século, o aluno era submetido a exame escrito e oral mediante banca examinadora externa. Um detalhe a ser apresentado é que, o(a) seu(sua) professor(a) não tomava conhecimento do conteúdo a ser exigido ou tão pouco participava da elaboração das provas, assim como lhe era vetado o direito de fazer parte da banca dos exames.

Dos livros didáticos adotados na Instrução Pública Catarinense, do século XIX, não se pode deixar de citar as obras de **caráter religioso**. Utilizado pelos docentes, o catecismo era um impresso destinado ao ensino religioso e cristão, que integrava o currículo escolar. Era de responsabilidade do mestre, o acompanhamento dos alunos, geralmente aos sábados, até a igreja mais próxima da Escola para participar do ritual cerimonioso. Na ausência do padre era compromisso do professor a garantia de uma atividade religiosa, envolvendo os procedimentos adotados para o ministério da confissão, festas religiosas, como advento, paixão e morte de cristo, páscoa, natal, encomenda de almas, batizados, cerimônias de matrimônio e demais conhecimentos que um sacerdote deveria ser conhecedor, justificando assim, o valor desse e de outros títulos semelhantes (Fig.2).

Figura 2 – Exemplar do Catecismo – Tesouro do Sacerdote



Fonte: Setor de Obras Raras – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC).

Escrita pelo padre português José March, da Cia de Jesus, no ano de 1876, esse título tinha dois tomos, o primeiro continha quatrocentas e oitenta (480) páginas enquanto o tomo II apresentava seiscentos e setenta e cinco (675) páginas.

Com a utilização dos silabários, compêndios e dos catecismos era intenção da Escola Primária, a formação da criança daquele tempo passado, no homem civilizado de um futuro próximo. Foi, portanto, visando à consolidação política do Império, que a instrução passou a ser defendida como pública, pois na crença do progresso e da civilização de uma sociedade, a educação era essencial, possibilitando o desenvolvimento econômico, político e social.

Nesta direção, segundo Cardoso (1997, p.01-02) esta ação somente seria realizável com base nas *altas culturas caracterizadas pela urbanização, a escrita, o desenvolvimento das ciências, a metalurgia, o surgimento de um poder separado do parentesco (Estado), o desenvolvimento da divisão social do trabalho e das diferenças de status entre os indivíduos*. Para tanto, cabia ao docente público de *Santa Catharina*, conhecimento da didática e da metodologia para o ensino da escrita, da leitura e das operações básicas da Aritmética, além do domínio das noções bíblicas; técnicas de agricultura e carpintaria, esta voltada para o ensino masculino e noções de prendas domésticas para o ensino feminino. Essas habilidades e competências foram se ampliando, sobretudo com o advento dos cursos de preparação para o magistério, ministrado somente em Escolas que ofertavam o Curso Normal.

No que se refere à concepção teórica, o modelo pedagógico dos silabários e compêndios se caracteriza como sendo de caráter positivista, cuja tendência metodológica era de natureza tradicional, não somente, adotada na Província, mas no Império. Dessa forma, é possível afirmar que, a pedagogia brasileira, difundida nos conteúdos programáticos manifestados nos livros didáticos, do século XIX, estava centrada no princípio de que, somente o **professor ensinava** e o **aluno aprendia**.

Na visão de Becker (2006), esta ação docente pode ser legitimada por uma epistemologia, na qual o *sujeito é totalmente determinado pelo mundo, pelo objeto ou pelo meio físico e social*. Assim, a idéia que predominava apontava que, somente o professor era por excelência, o agente produtor e reproduzidor do conhecimento. Essa posição se contrastava com o papel do aluno, voltado apenas para aprender. Logo, o preceito pedagógico era de **quem sabe ensina quem não sabe**, ignorando por completo, o conhecimento do aluno e a sua capacidade de ensinar o professor, que muito teria para aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os resultados esperados, destacamos que, com a formalização da escola e do magistério, o livro se tornou um utensílio indispensável no ensino, principalmente, nos primeiros anos de escolarização. Dos títulos que circularam, o mais difundido foi **Leitura dos Meninos**, adotado entre 1836 a 1870, sendo substituído no ano de 1871, pelo **Compêndio de Leitura**, organizado em quatro volumes, se mantendo em vigência até 1889. Essa era distribuída gratuitamente pelo seu autor, Abílio César Borges.

Historicamente, há que se considerar que, a instituição escolar do século XIX, se analisada à luz da Pedagogia Moderna era livresca, cuja memorização se caracterizava como método e a relação pedagógica estava baseada na tradicional visão de autoridade, anos mais tarde, identificada como uma prática autoritária. Esse modelo dependente e complacente com o processo de aculturação se constituiu no cenário, onde a Educação Brasileira e Catarinense se confrontava com os traços dos tempos modernos.

A modernidade exigia mudanças nos diferentes segmentos da sociedade, incluindo a escola, pois escolarização era sinônimo de progresso. Seus preceitos filosóficos foram os modelos pedagógicos (esses importados da Europa), que promoveram sucessivas reformas educacionais; resultando em um conjunto de programas de ensino, que sob o domínio do humanismo clássico foram componentes indispensáveis na preparação do Brasil para acolher a Escola Nova. Contudo, cabe evidenciar que, o livro não surgiu somente como recurso pedagógico, mas conforme Lajolo (1993, p.65) *como mercadorias que precisariam identificar-se com a fina malha social pela qual circulam e interagem socialmente*. Logo, sua função era apresentar, assegurar e difundir o discurso de um grupo dominante.

Com a queda da Monarquia, Benjamin Constant, professor e adepto do positivismo reformou a instrução brasileira, voltando-se aos ideais de tornar a escola, um lugar para *fazer indivíduos fortes*, lembrando que, *a força é a saúde, tanto moral, quanto físico*. Mas, cabe destacar que, apesar das atuais propostas pedagógicas, advindas da Escola Nova e das Novas Pedagogias, o livro se apresenta como um recurso que merece ser problematizado e discutido, pois as críticas ao antigo modelo educacional parecem ainda hoje, reinar absolutamente em algumas de nossas Instituições Escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil**. São Paulo: Educ, 2000.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ARAÚJO, José Carlos & GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHIZZOTTI, Antônio. **História da instrução pública no Brasil**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no Século XIX IN LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e GREIVE, Cynthia. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.135-150.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: UFSC, 1991.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCIANO, Fábila Liliã. **Gênese e expansão do magistério público na Província de Santa Catharina, nos anos de 1835-1889**. Departamento de Filosofia e História da Educação. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tese de Doutorado, 2001.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. **O livro didático**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

SCHEIBE, Leda e DAROS, Maria das Dores. **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Um educador**: Abílio César Borges. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v.18, n.47, jul./dez. 1952. p.150-155.

ZILBERMMAN, Regina. No começo, a leitura. **IN Revista Em Aberto**, Brasília: INEP, ano 16, n.69, jan./mar. 1996. p.16-29.